



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/MG

PREGÃO ELETRÔNICO
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026 - SR/PF/MG
Processo Administrativo nº 08350.008702/2026-11

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA, CNPJ 00.394.494/0029-37, por meio do(a) SELOG/SR/PF/MG, sediado(a) Avenida Raja Gabaglia, 1597, 30, bairro Luxemburgo, na cidade de Belo Horizonte/MG , CEP 30380-435, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 23/06/2026

Hora Inicial : 08:00 Horas

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de bancos temáticos de uso institucional, confeccionados sob encomenda, na cor vermelha, destinados a ações institucionais permanentes de conscientização sobre a violência doméstica e o feminicídio, compreendendo bancos com estrutura metálica e assento e encosto em madeira de lei tratada, bem como placas temáticas institucionais em aço, integrantes e indissociáveis do conjunto, contendo mensagens educativas e informação obrigatória de orientação e denúncia, incluindo o número da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, mediante Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Anexos. conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 2 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da

licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no

[artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que

incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

grupo

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

Seq	Item/Grupo	Periodicidade
1	1	Unitário

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Seq	Item/Grupo	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	1	R\$ 0,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

7.11. No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do [Decreto nº 11.430, de 2023](#), e da [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025](#);

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#).

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou

prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de

Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais

adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das

propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas

na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.sei.pf.gov.br

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e

decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: E-mail - cpl.sellog.srmg@pf.gov.br; clayton.caf@pf.gov.br; edina.emdf@pf.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Belo Horizonte, 08 de junho de 2026

RICHARD MURAD MACEDO
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/PF/MG

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: e4d7391779791542573



Documento assinado eletronicamente por **RICHARD MURAD MACEDO, Superintendente Regional**, em 09/06/2026, às 08:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146443214&crc=DD836600.

Código verificador: **146443214** e Código CRC: **DD836600**.

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MG

Termo de Referência 35/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2026	200350-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MG	CLAYTON ALEXANDRE FERREIRA	09/06/2026 18:02 (v 0.3)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	68/2026	08350.008702/2026-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 08350.008702/2026-11)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de bancos temáticos de uso institucional, confeccionados sob encomenda, na cor vermelha, destinados a ações institucionais permanentes de conscientização sobre a violência doméstica e o feminicídio, compreendendo bancos com estrutura metálica e assento e encosto em madeira de lei tratada, bem como placas temáticas institucionais em aço, integrantes e indissociáveis do conjunto, contendo mensagens educativas e informação obrigatória de orientação e denúncia, incluindo o número da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, mediante Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

GRUPO ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Banco temático institucional, conforme especificações deste Termo de Referência	612327	UND	125	R\$ 1.209,81	R\$ 151.226,25
1	Placa temática em aço com escrituras (constitui parte integrante e indissociável do banco temático institucional, não se caracterizando como fornecimento autônomo ou acessório independente)	619441	UND	125	R\$ 503,30	R\$ 62.912,50

VALOR TOTAL DO CONJUNTO**R\$ 214.138,75**

O preço unitário do conjunto corresponde à soma dos itens, sendo vedada a contratação isolada.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, na forma do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme o Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto nº 11.462/2023, considerando-se a natureza do objeto, a impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato a ser demandado e a implementação gradativa da solução pelas unidades da Polícia Federal.

Quantitativos por UASG

- SR/PF/MG - **UASG 200350** - **3 conjuntos, entregar no endereço:** Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Geral, situada a Av. Raja Gabaglia, 1597, Luxemburgo, CEP: 30.380-435.
- SR/PF/AC - **UASG 200392** - **3 conjuntos, entregar 1 (um) em cada endereço** (Endereço 1: Superintendência Regional de Polícia Federal no Acre, situada a BR364, 3501, Portal da Amazônia - na cidade de Rio Branco - Acre, CEP: 69.915-630; Endereço 2: Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul, situada a Avenida 25 de agosto, S/N - área D Zona Urbana 61 BIS - na cidade de Cruzeiro do Sul Acre, CEP: 69.980-000; Endereço 3: Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia, situada a Av. Santo Dumont, nº 1900 - Centro, na cidade de Epitaciolândia Acre, CEP 69.934-000 - Telefone para contato: (68) 3212-1243)
- SR/PF/AP - **UASG 200402** - **2 conjuntos** (Endereço: Rodovia Norte/Sul, s/n - Infraero I - Macapá/AP - CEP 68.908-910 - Telefone para contato: (96) 3213-7500)
- SR/PF/AM - **UASG 200382** - **5 conjuntos** (Endereço: Av. Domingos Jorge Velho, 40 - Dom Pedro, Manaus – AM, 69042-47 - Telefone para contato: (92) 3655-1515 - NUMAT/SELOG/SR/PF/AM)
- SR/PF/BA - **UASG 200346** - **9 conjuntos** (Endereço: Av. Eng. Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, 40460-001 - Telefone para contato: (71) 3319-6148)
- SR/PF/CE - **UASG 200392** - **3 conjuntos** (Endereço: Av. Borges de Melo, nº 820, bairro Aeroporto, Fortaleza/CE, CEP: 60.415-90 - Telefone para contato: (85) 3392-4864)
- SR/PF/DF - **UASG 200338** - **5 conjuntos** (Endereço: SAIS Quadra 7 Lote 23 s/n, Estr. St. Policial Militar - Sul, Brasília - DF, 70610-902 - Telefone de contato: (061) 20247501)
- SR/PF/MA - **UASG 200388** - **6 conjuntos** (Endereço: Avenida Daniel de La Touche, 4000 - COHAMA - São Luís/MA - CEP: 65.074-115 6.2. Telefone para contato: (98) 3131-5146)
- SR/PF/MS - **UASG 200354** - **6 conjuntos, entregar 1 (um) em cada endereço** (Endereço 1: Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul - SR/PF/MS 1 Rua Fernando Luiz Fernandes, 322 - Bairro Vila Sobrinho, Campo Grande /MS, CEP 79110-503 (67) 3303-5600; Endereço 2: Delegacia da Polícia Federal em Corumbá - DPF/CRA/MS 1 Praça da República, 51 - Bairro Centro, Corumbá/MS, CEP 79301-140 (67) 3234-7800; Endereço 3: Delegacia da Polícia Federal em Dourados - DPF/DRS/MS 1 Rua Aziz Rasselen, 360 - Bairro Vila Popular, Dourados/MS, CEP 79822-059 (67) 3420-1700; Endereço 4: Delegacia da Polícia Federal em Naviraí - DPF/NVI/MS 1 Avenida Mato Grosso, 1215 - Bairro Centro, Naviraí/MS, CEP 79947-147 (67) 3409-2800; Endereço 5: Delegacia da Polícia Federal em Ponta Porã - DPF/PPA/MS 1 Avenida Presidente Vargas, 70 - Bairro Centro, Ponta Porã/MS, CEP 79904-644 (67) 3437-1200; Endereço 6: Delegacia da Polícia Federal em Três Lagoas - DPF/TLS/MS 1 Rua Joaquim Murtinho, 3261 - Bairro Jardim Alvorada, Três Lagoas/MS, CEP 79611-140 (67) 3509-0400)
- SR/PF/PA - **UASG 200386** - **5 conjuntos** (Endereço 1: Superintendência Regional da Polícia Federal no Pará - Av. Almirante Barroso, nº 3.251 (entrada pela Av. Júlio César) - bairro Souza - CEP 66.613-710 - Belém/PA - Telefone para contato: (91) 3214-8000; Endereço 2: Delegacia de Polícia Federal em Santarém/PA - Av. Pres. Vargas, nº 4343 - Casa 11 - bairro Liberdade, Santarém/PA, CEP 68040-060 - Telefone para contato: (93) 3512-0500; Endereço 3: Delegacia de Polícia Federal em Marabá/PA - Av. VP-Sete, nº 1004 - bairro Nova Marabá, CEP 68.513-290 - Marabá/PA - Telefone para contato: (94) 3312-0200; Endereço 4: Delegacia de Polícia Federal em Altamira/PA - Rua AC. Três, nº 850 - bairro Jardim Independente I, Altamira - PA, CEP 68372-690 - Telefone para contato: (93) 98402-9428; Endereço 5: Delegacia de Polícia Federal em Redenção/PA - Av. Brasil, nº 2327 - bairro Núcleo Urbano, Redenção/PA, CEP 68553-052 - Telefone para contato: (94) 3312-0232)

- **SR/PF/PB - UASG 200396 - 1 conjunto** (Endereço: R. Aviador Mário Vieira de Melo, 1950 - João Agripino, João Pessoa - PB - 58034-045 - Contato: (83) 3565-8825)
- **SR/PF/PE - UASG 200398 - 6 conjuntos** (Endereço: Centro de Treinamento PF - BR-101, km69,8 - Bairro do Curado, Recife/PE, CEP 51240-340 - Telefone para contato: (81) 2137-4007)
- **SR/PF/PI - UASG 200390 - 3 conjuntos** (Endereço: Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí (SR/PF/PI), Av. João XXIII, nº 4500, Bairro Recanto das Palmeiras, Teresina/PI, CEP 64.045-795 - telefone para contato: (86) 2106-4990)
- **SR/PF/PR - UASG 200364 - 6 conjuntos** (Endereço: Rua Professora. Sandália Monzon, 210, Santa Cândida, Curitiba/PR, CEP 82640-040 - Telefone para contato: (41)3251-7500; (41)3251-7814)
- **SR/PF/RN - UASG 200394 - 2 conjuntos** (Endereço: Rua Dr. Lauro Pinto, 155 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP 59064-165 - Telefone para contato: (84) 3204-5590)
- **SR/PF/RO - UASG 200378 - 3 conjuntos** (Endereço 1: DPF/JPN/RO - Rua Engenheiro Manfredo Barata Almeida da Fonseca, nº 262, Bairro Aurélio Bernardi, Ji-Paraná / 76907-438. 6.2. Endereço 2: DPF/GMI/RO - Av. Duque de Caxias 898-1016, Bairro Santa Luzia, Guajará-Mirim / CEP 76850-000. 6.3. Endereço 3: DPF/VLA/RO - Av. 15 de Novembro, nº 3485, Vilhena / CEP 76980-000. 6.4. Telefone para contato: (69) 3216-6201)
- **SR/PF/RR - UASG 200384 - 3 conjuntos** (Endereço: Av. Brasil, nº 551, bairro Treze de Setembro, Boa Vista/RR, CEP: 69.308-050 - Telefone para contato: (95) 3621-1510)
- **SR/PF/RS - UASG 200372 - 14 conjuntos** (Endereço: Avenida Ipiranga, 1365 - Bairro Azenha - Porto Alegre/RS - Telefone para contato: (51) 3235-9050 - NUMAT/SELOG/SR/PF/RS)
- **SR/PF/SC - UASG 200370 - 6 conjuntos, entrega em 3 (três) endereços, 2 (duas) unidades em cada endereço** (Endereço 1 : Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744 - Agronômica, Florianópolis/SC, CEP: 88025-255 (48) 3281- 6645 - 2 unidades; Endereço 2 : R. Sete de Setembro, 292d - Presidente Médici, Chapecó/SC, CEP: 89801-140 (49) 3321- 6930 - 2 unidades; Endereço 3: R. Felipe Schmidt, 740 - Centro, Dionísio Cerqueira/SC, CEP: 89950- 000 (49) 3644- 2391 - 2 unidades)
- **SR/PF/SE - UASG 200344 - 1 conjunto** (Endereço: Av. Chanceler Osvaldo Aranha, n. 1.119 - Bairro Novo Paraíso - Aracaju/SE - Telefone para contato: 79-3234-8558)
- **SR/PF/SP - UASG 200360 - 5 conjuntos** (Endereço: - Superintendência Regional de Polícia Federal no estado de São Paulo, situada na Rua Hugo D'Antola, nº 95, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, CEP 05.038-090 - Telefone para contato: 11 3538-5135 - NUMAT/SELOG/SR/PF/SP)
- **SR/PF/TO - UASG 200404 - 2 conjuntos** (Endereço: Quadra 103 Sul (ACSO1), Avenida LO 01, Lote 53, Centro, Palmas - TO (CEP 77.015-028) - Telefone para contato: (63) 3236 - 5400)
- **CGAD/DLOG/PF - UASG 200334 - 5 conjuntos** (Endereço: Setor Comercial Norte, quadra 04, bloco B, Térreo, Edifício Multibrasil Corporate. DMAT (Torre C, sala 412) - Telefone para contato: (61) 2024 7941)
- **DPF/FIG/PR - UASG 200366 - 5 conjuntos** (Endereço: Avenida Paraná, 3471, Centro Cívico, CEP: 85863-469, Foz do Iguaçu/PR - Telefone: (45) 3576-5624)
- **SR/PF/MT - UASG 200374 - 5 conjuntos** (Endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205, Bairro Baú, CUIABÁ-MT, CEP 78.008-902 - Telefone para contato: (65) 3927-9208 - NUMAT/SELOG/SR/PF/MT)
- **SR/PF/RJ - UASG 200356 - 5 conjuntos** (Endereço: Avenida Rodrigues Alves, nº 1, Praça Mauá, Centro/RJ, Cep: 20.081-250 - Telefone para contato: (21) 2203-467)
- **DIREN-ANP/PF - UASG 200340 - 4 conjuntos** (Endereço: Rodovia DF 001 Km 02, Setor Habitacional Taquari - Lago Norte, CEP: 71.559-900 - Telefone para contato: (61) 2024-8822 / 8820 - Setor de Material - SEMAT/DIREN-ANP/PF)
- **TOTAL - 125 (cento e vinte e cinco) conjuntos**

1.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da legislação aplicável.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização das contratações conforme a necessidade, a conveniência administrativa, a disponibilidade orçamentária e o planejamento dos órgãos participantes, nos termos da legislação vigente.

1.7. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas preferencialmente por meio de instrumento contratual, podendo, excepcionalmente, ser utilizado outro instrumento hábil, nos termos da legislação aplicável.

1.8. As atividades de transporte, montagem, instalação e eventual manutenção corretiva durante o período de garantia possuem caráter meramente acessório, sendo indissociáveis do fornecimento do bem, não descaracterizando o objeto principal como aquisição de bens comuns, tampouco o enquadrando como prestação de serviços, contínuos ou não, ou como serviços técnico-profissionais especializados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.9. O contrato, a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que os substitua oferecem maior detalhamento das regras que serão aplicadas à execução das contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- Id PCA no PNCP: 00394494000136-0-000039/2026;
- Data de publicação no PNCP: 14/04/2026;
- Id do item no PCA: 85;
- Classe/Grupo: 873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO (À EXCEÇÃO DA CONSTRUÇÃO);
- Identificador da Futura Contratação: 200350-68/2026

2.3. Ressalta-se que, embora o registro no Plano de Contratações Anual (PCA) aponte classe/grupo relacionado a serviços de instalação, tal classificação não altera a natureza jurídica do objeto desta contratação, que consiste preponderantemente na aquisição de bens permanentes, sendo as atividades de transporte, montagem e instalação meramente acessórias e indissociáveis do fornecimento do bem, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Deverão ser utilizados materiais duráveis, adequados ao uso contínuo, com vida útil prolongada, de modo a reduzir a necessidade de substituição frequente e minimizar a geração de resíduos;

4.1.2. Os materiais empregados na fabricação dos bancos e de seus componentes deverão possuir acabamento seguro, não tóxico e adequado ao uso em ambientes internos ou externos, observadas as normas de segurança e saúde aplicáveis;

4.1.3. A logística de fornecimento deverá ser planejada de forma eficiente, com vistas à redução de impactos ambientais decorrentes do transporte e da embalagem dos bens.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, fabricantes ou modelos específicos, uma vez que o objeto pode ser atendido por diferentes fornecedores, mediante especificações técnicas objetivas e padronizadas, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº 08350.008702/202611, não será vedado o fornecimento de marcas ou produtos específicos, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Da exigência de amostra

4.4. Não haverá exigência de amostra.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. A exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante somente será aplicável nos casos em que o licitante não seja o fabricante direto dos bens ofertados, devendo o documento assegurar, de forma expressa, a responsabilidade solidária pela execução do contrato, especialmente no tocante à garantia e à manutenção corretiva dos bens fornecidos.

4.6. Quando o licitante for o próprio fabricante, a exigência da carta de solidariedade ficará dispensada.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão das características do objeto e conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que tecnicamente viável e sem prejuízo à execução integral e adequada do objeto e desde que não haja prejuízo à padronização, à execução integrada do objeto e à uniformidade da solução contratada, nos termos da legislação vigente

4.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Margem de Preferência

4.9. Não se aplica margem de preferência à presente contratação, por inexistir enquadramento nas hipóteses previstas na legislação específica.

Descrição

4.10. Banco temático institucional, padronizado na cor vermelha, destinado à conscientização sobre a violência doméstica e o feminicídio, com função simultânea de mobiliário institucional e elemento permanente de comunicação educativa, apto para instalação em ambientes internos ou externos das unidades da Polícia Federal.

Medidas, capacidade e ergonomia

- Comprimento: aproximadamente 1,50 m
- Altura total: aproximadamente 0,75 m
- Altura do assento: aproximadamente 0,38 m
- Profundidade: aproximadamente 0,50 m

4.11. Admitem-se variações dimensionais razoáveis, desde que não comprometam a funcionalidade, a ergonomia ou a padronização visual.

4.12. Capacidade para uso coletivo, acomodando confortavelmente no mínimo 2 (dois) usuários adultos, assento e encosto com formato ergonômico, adequado ao uso prolongado, estrutura estável, sem balanços ou pontos de instabilidade.

Materiais e estrutura

4.13. A estrutura do banco deverá ser composta por elementos metálicos com tratamento anticorrosivo e por assento e encosto confeccionados obrigatoriamente em madeira de lei tratada, naturalmente resistente a intempéries, umidade, radiação solar, fungos e insetos xilófagos, adequada ao uso contínuo em ambientes externos, admitindo-se espécies equivalentes em desempenho técnico e durabilidade, devidamente comprovadas pelo fornecedor.

Acabamento e segurança

4.14. Acabamento liso e uniforme, sem rebarbas, farpas, arestas cortantes ou superfícies que possam causar acidentes, com bordas e quinas devidamente arredondadas ou protegidas e elementos de fixação (parafusos, chumbadores, conexões) não devem ficar expostos de forma perigosa ao usuário.

Sustentação

4.15. A estrutura de sustentação do banco, incluindo pés e suportes, deverá ser confeccionada em material metálico de elevada resistência estrutural, tais como ferro fundido ou aço carbono, com tratamento anticorrosivo adequado ao uso contínuo em ambientes externos, admitidas soluções técnicas equivalentes em desempenho mecânico e durabilidade.

Cor e padronização visual

4.16. Cor predominante VERMELHO, em tonalidade uniforme, resistente à ação do tempo, pintura ou revestimento com alta durabilidade e resistência ao desbotamento. A padronização visual deverá ser rigorosamente observada, conforme diretrizes estabelecidas pela Administração.

Mensagens educativas e conteúdo institucional

4.17. O banco deverá conter, de forma clara, legível e permanente frases/mensagens educativas voltadas à conscientização sobre violência doméstica, violência contra a mulher e feminicídio, informação obrigatória de orientação e denúncia, contendo o número da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, em conformidade com o inciso I do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.942/2024. As mensagens deverão possuir alto contraste visual em relação ao fundo, ser legíveis a distância compatível com o ambiente de instalação e apresentar impressão, pintura ou aplicação resistente ao desgaste e às intempéries.

4.18. Cada Superintendência Regional de Polícia Federal terá a faculdade de escolher a mensagem educativa que melhor lhe aprouver, não sendo, necessariamente, um texto exclusivo para todas as Superintendências.

Elementos gráficos complementares

4.19. O banco poderá integrar placas fixas ou elementos gráficos incorporados à própria estrutura, confeccionados em material rígido e durável, com sistema de fixação seguro, sem comprometer a estabilidade, a ergonomia ou a segurança do conjunto.

Instalação

4.20. O banco deverá ser apto a instalação direta sobre piso existente, ou fixação por meio de chumbadores/parafusos, quando tecnicamente recomendado. A instalação deverá assegurar estabilidade estrutural, alinhamento adequado e ausência de risco aos usuários e ao público em circulação.

Placa institucional

4.21. O banco temático institucional deverá conter PLACA INSTITUCIONAL EM AÇO, integrante do conjunto, com função de comunicação educativa permanente, observadas as seguintes especificações:

4.21.1. A placa deverá ser confeccionada em aço carbono, aço galvanizado, aço inoxidável ou material equivalente, com espessura compatível com uso institucional, garantindo rigidez, durabilidade e resistência mecânica;

4.21.2. A placa conterá, de forma clara, legível e permanente, frases ou mensagens educativas voltadas à conscientização sobre a violência doméstica, a violência contra a mulher e o feminicídio;

4.21.3. Deverá constar, obrigatoriamente, informação de orientação e denúncia contendo o número da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, em conformidade com o inciso I do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.942/2024;

4.21.4. As inscrições deverão ser executadas por meio de gravação, baixo-relevo, alto-relevo, recorte, estampo, gravação a laser, gravação química ou técnica equivalente, sendo VEDADA a utilização de adesivos, películas removíveis ou aplicações frágeis;

4.21.5. O acabamento da placa deverá ser anticorrosivo, compatível com uso em ambientes internos ou externos, com resistência à umidade, intempéries, radiação solar e desgaste natural do tempo;

4.21.6. As inscrições deverão apresentar alto contraste visual, assegurando legibilidade adequada à distância compatível com o ambiente de instalação, preservando a finalidade educativa e institucional do elemento;

4.21.7. A placa deverá ser firmemente integrada à estrutura do banco, por meio de sistema de fixação seguro, discreto e permanente, sem comprometer a estabilidade, a ergonomia ou a segurança dos usuários, sendo vedada a existência de rebarbas, quinas vivas ou arestas cortantes;

4.21.8. As dimensões da placa deverão ser proporcionais ao banco temático, suficientes para garantir a leitura clara e imediata das mensagens, admitidas variações dimensionais razoáveis, desde que não comprometam a padronização visual e a função educativa;

4.21.9. A placa institucional em aço deverá atender às seguintes dimensões de referência:

- Largura: aproximadamente 40 cm
- Altura: aproximadamente 20 cm
- Espessura: mínima de 1,5 mm

4.21.10. Admitemse variações dimensionais razoáveis, de até 20%, para mais ou para menos, desde que não comprometam a legibilidade das mensagens, não prejudiquem a padronização visual do conjunto e sejam proporcionais ao banco temático.

4.21.11. O texto final das mensagens, o layout e a disposição das inscrições estarão sujeitos à prévia aprovação da Administração, como condição para o recebimento definitivo do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento pelo órgão gerenciador ou órgão participante, devendo a entrega ocorrer em remessa única, salvo autorização expressa da Administração.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, para que eventual pedido de prorrogação seja analisado, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

5.3. Os bens deverão ser entregues no endereço indicado na Ordem de Fornecimento, podendo variar de acordo com o órgão requisitante, observado que todos os custos relativos ao transporte, entrega e eventual instalação correrão por conta do Contratado. Em relação à SR/PF/MG, o endereço de entrega consta da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais - SR/PF/MG, Edifício Raja Quick, Avenida Raja Gabaglia, nº 1597, Bairro Cidade Jardim, CEP 30380-435, Belo Horizonte/MG, ou em outro endereço a ser informado pela unidade contratante, por ocasião da emissão da ordem de fornecimento. O contratado deverá possuir capacidade logística compatível com a execução descentralizada do fornecimento em âmbito nacional.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia dos bens será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do recebimento definitivo do objeto. Sem prejuízo da garantia legal, o fornecedor deverá assegurar a durabilidade, a qualidade e a adequação do bem ao uso institucional contínuo, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

5.5. A garantia abrange a realização de manutenção corretiva, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, compreendendo a correção de defeitos, ajustes, reparos e, quando necessário, a substituição de componentes ou do bem defeituoso.

5.6. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a sanar falhas ou defeitos apresentados pelos bens, decorrentes de vício de fabricação ou de fornecimento em desconformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.7. As partes ou componentes que apresentarem vícios ou defeitos durante o período de garantia deverão ser substituídos por outros novos e de primeiro uso, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos originalmente fornecidos.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado deverá realizar o reparo ou a substituição do bem no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da ciência da notificação, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.9. O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada do Contratado, a critério do Contratante.

5.10. O custo relativo ao transporte dos bens cobertos pela garantia, inclusive para retirada e devolução, será de inteira responsabilidade do Contratado.

5.11. A garantia legal do objeto possui vigência própria e independente da vigência contratual, podendo eventual descumprimento de suas condições ensejar a aplicação de penalidades, ainda que após o encerramento da vigência do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com o disposto neste Termo de Referência, no edital do Pregão Eletrônico, na Ata de Registro de Preços e nas normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução, os prazos de entrega serão prorrogados automaticamente pelo tempo correspondente, mediante registro adequado nos autos do processo, por apostilamento ou instrumento equivalente, quando cabível.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à execução das contratações decorrentes da Ata.

6.5. *Após a formalização do instrumento contratual ou do instrumento substitutivo ao contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial, quando necessário, com a finalidade de alinhamento quanto às obrigações assumidas, às rotinas de fiscalização, às estratégias de execução do objeto e às sanções aplicáveis.*

Fiscalização

6.6. A execução das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) pela Administração, ou por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico acompanhará a execução do fornecimento, verificando o cumprimento das especificações técnicas, das condições de entrega e da qualidade dos bens fornecidos, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico registrará no histórico de gerenciamento da contratação todas as ocorrências relacionadas à execução, com indicação clara das providências necessárias à regularização de eventuais falhas ou inconformidades.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico notificará o Contratado para promover a correção no prazo fixado pela Administração.

6.10. O fiscal técnico informará ao gestor da contratação, em tempo hábil, as situações que demandarem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

6.11. No caso de ocorrências que possam comprometer o cumprimento dos prazos de entrega, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor da contratação.

6.12. O fiscal técnico comunicará ao gestor da contratação o encerramento da execução sob sua responsabilidade, para fins de adoção das providências cabíveis.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, a liquidação e o pagamento da despesa, bem como os registros de ocorrências administrativas, quando houver.

6.14. Em caso de descumprimento de obrigações, o fiscal administrativo atuará tempestivamente para a solução do problema, reportando ao gestor da contratação as situações que extrapolarem sua competência.

6.15. *Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:*

6.15.1. *Verificação da conformidade documental do fornecimento com o instrumento contratual ou instrumento substitutivo.;*

6.15.2. *Acompanhamento dos prazos de entrega previstos na Ordem de Fornecimento.;* e

6.15.3. *Registro de ocorrências administrativas relevantes para fins de gestão e controle.*

6.16. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução do objeto.

Gestor do Contrato

6.17. Compete ao gestor da contratação:

6.17.1. Coordenar o acompanhamento e a fiscalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, assegurando o adequado registro das ocorrências nos autos.

6.17.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais, adotando as providências necessárias ou submetendo à autoridade competente os casos que ultrapassem sua competência.

6.17.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado para fins de empenho e pagamento.

6.17.4. Emitir documento comprobatório da avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, quando aplicável.

6.17.5. Adotar as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização, quando cabível, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

6.17.6. Elaborar relatório final da execução, quando pertinente, com informações sobre o alcance dos objetivos da contratação.

6.17.7. Encaminhar ao setor competente a documentação necessária à liquidação e ao pagamento da despesa, conforme apurado pela fiscalização.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15%** (

quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

7.2.4.7.1. Constituem hipóteses específicas de inexecução parcial, para fins de aplicação de sanções:

- a) fornecimento de banco temático em dimensões divergentes das especificações técnicas, quando não comprometer a funcionalidade essencial;
- b) inobservância da padronização visual aprovada pela Administração, inclusive tonalidade da cor vermelha ou disposição das mensagens institucionais;
- c) aplicação de frases educativas ou informações obrigatórias com legibilidade inadequada, desde que sanável;
- d) entrega de materiais com acabamento imperfeito, desde que não gere risco à segurança dos usuários;
- e) atraso na instalação ou na correção de inconformidades não essenciais, dentro de prazo razoável fixado pela

Fiscalização.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1.** o prazo de validade;
- 8.12.2.** a data da emissão;
- 8.12.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5.** o valor a pagar; e
- 8.12.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA-E* de correção monetária ou outro índice que venha a substituí-lo.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se

condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27 /04/2026. Considerando a natureza da contratação e o prazo estimado de execução, o reajuste somente será aplicável nas hipóteses legais, caso haja prorrogação contratual que ultrapasse o interregno mínimo de 1 (um) ano.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.7.** sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELL: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.** sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9.** sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10.** filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11.** sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.30. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.30.1. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

- 9.30.1.1.** fornecimento de mobiliário institucional, urbano ou bens similares;
- 9.30.1.2.** execução satisfatória do objeto contratado; e
- 9.30.1.3.** compatibilidade em natureza com o objeto desta contratação.

9.30.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.713,11 (mil setecentos e treze reais e onze centavos) para cada conjunto completo**, conforme custos estimados e quantitativos de referência consignados em anexo, observado que se trata de contratação processada sob o Sistema de Registro de Preços, sem obrigação de contratação pela Administração.

GRUPO ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Banco temático institucional, conforme especificações deste Termo de Referência	612327	UND	125	R\$ 1.209,81	R\$ 145.177,20
1	Placa temática em aço com escrituras (constitui parte integrante e indissociável do banco temático institucional, não se caracterizando como fornecimento autônomo ou acessório independente)	619441	UND	125	R\$ 503,30	R\$ 62.912,50
VALOR TOTAL DO CONJUNTO						R\$ 214.138,75

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 10.3.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.3.2.** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.3.3.** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.3.4.** poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Quantitativos por UASG

- SR/PF/MG - 5 conjuntos - ÓRGÃO GERENCIADOR
- SR/PF/AC - 3 conjuntos
- SR/PF/AP - 2 conjuntos
- SR/PF/AM - 5 conjuntos
- SR/PF/BA - 9 conjuntos
- SR/PF/CE - 3 conjuntos
- SR/PF/DF - 5 conjuntos
- SR/PF/MA - 6 conjuntos
- SR/PF/MS - 6 conjuntos
- SR/PF/PA - 5 conjuntos
- SR/PF/PB - 1 conjunto
- SR/PF/PE - 6 conjuntos
- SR/PF/PI - 3 conjuntos
- SR/PF/PR - 6 conjuntos
- SR/PF/RN - 2 conjuntos
- SR/PF/RO - 3 conjuntos
- SR/PF/RR - 3 conjuntos
- SR/PF/RS - 14 conjuntos
- SR/PF/SC - 6 conjuntos
- SR/PF/SE - 1 conjunto
- SR/PF/SP - 5 conjuntos
- SR/PF/TO - 2 conjuntos
- CGAD/DLOG/PF - 5 conjuntos
- DPF/FIG/PR - 5 conjuntos
- SR/PF/MT - 5 conjuntos
- SR/PF/RJ - 5 conjuntos
- DIREN-ANP/PF - 4 conjuntos
- **TOTAL - 125 conjuntos**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela dotação a ser emitida após a emissão da Ata de Registro de Preços.*

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Belo Horizonte/MG, na data da assinatura eletrônica.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DE MINAS GERAIS

(Processo Administrativo nº 08350.008702/2026-11)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

A União Federal, por intermédio da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, com sede na Avenida Raja Gabáglia, nº 1597, Bairro Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº .00.394.494/0029-37, Superintendente Regional de Polícia Federal em Minas Gerais, Delegado de Polícia Federal **RICHARD MURAD MACEDO**, matrícula funcional nº 17.102, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 8, de 03 de janeiro de 2024, do Exmo. Sr. Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União de 04 de janeiro de 2024, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado (a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 08350.008702/2026-11, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XX /2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1. O objeto a aquisição de bancos temáticos de uso institucional, confeccionados sob encomenda, na cor vermelha, destinados a ações institucionais permanentes de conscientização sobre a violência doméstica e o feminicídio, compreendendo bancos com estrutura metálica e assento e encosto em madeira de lei tratada, bem como placas temáticas institucionais em aço, integrantes e indissociáveis do conjunto, contendo mensagens educativas e informação obrigatória de orientação e denúncia, incluindo o número da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, mediante Sistema de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Banco temático institucional, conforme especificações deste Termo de Referência	612327	UND		R\$	R\$
	2	Placa temática em aço com escrituras (constitui parte integrante e indissociável do banco temático institucional, não se caracterizando como fornecimento autônomo ou acessório independente)	619441	UND		R\$	R\$

2.1. Os itens constituem partes integrantes e indissociáveis do conjunto, sendo vedada sua contratação ou fornecimento de forma isolada. A entrega do objeto deverá ocorrer de forma integrada, com todos os componentes que compõem o conjunto.

2.2. Os quantitativos constantes deste contrato correspondem à demanda específica formalizada pelo órgão contratante, decorrente da Ata de Registro de Preços, não implicando obrigação de contratação integral do quantitativo registrado..

3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Termo de Referência;
2. O Edital da Licitação;
3. A Proposta do CONTRATADO;
4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1. O prazo de vigência da contratação será de 60 dias, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, limitado ao tempo necessário ao cumprimento integral das obrigações contratuais

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

1. A execução contratual observará as disposições do Termo de Referência, especialmente quanto aos prazos, condições de entrega, montagem e instalação, quando aplicável.
2. O fornecimento do objeto deverá ocorrer de forma integrada, com a entrega simultânea de todos os componentes que compõem o conjunto, de modo a assegurar a funcionalidade, a padronização visual e a finalidade institucional da contratação.
3. A execução deverá atender integralmente às especificações técnicas, de qualidade, segurança e durabilidade estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).
2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

1. O pagamento será realizado conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, após o recebimento definitivo do objeto.
2. O pagamento ficará condicionado ao fornecimento do conjunto completo, vedado o pagamento parcial por componentes isolados do objeto.
3. O pagamento observará a efetiva entrega, instalação (quando aplicável) e conformidade integral com as especificações técnicas.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. São obrigações do CONTRATANTE:
 1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
 6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
 8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
 10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*

18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
26. *Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);*
27. *Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;*
28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
 1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

2. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato.
 1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
 1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 3. Das indenizações e multas.
8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
9. O CONTRATANTE poderá ainda:
 1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
 - I. Gestão/unidade:
 - II. Fonte de recursos:
 - III. Programa de trabalho:
 - IV. Elemento de despesa:
 - V. Plano interno:
 - VI. Nota de empenho:
2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
2. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**
1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Minas Gerais*, Seção Judiciária de *Belo Horizonte* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
2-

14. ANEXO II

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DE MINAS GERAIS

Processo Administrativo nº 08350.008702/2026-11

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

A Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, com sede na Avenida Raja Gabágli, nº 1597, Bairro Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0029-37, neste ato representada pelo Superintendente Regional de Polícia Federal em Minas Gerais, **RICHARD MURAD MACEDO**, matrícula funcional nº 17.102, nomeado pela Portaria nº 8, de 03 de janeiro de 2024, publicada no DOU de 04 de janeiro de 2024, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2026, processo administrativo nº 08350.008702/2026-11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de conjunto composto por banco temático institucional, na cor vermelha, acompanhado de placa temática institucional em aço, integrante e indissociável do bem, destinado a ações permanentes de conscientização sobre a violência doméstica e o feminicídio, incluindo mensagens educativas e informação obrigatória de orientação e denúncia, nos termos do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Grupo	Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]	
-------	------------	---	--

	X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade	Total
1	1	Banco temático institucional, conforme TR	Conforme proposta	Conforme proposta	UND				Conforme TR	
	2	Placa temática em aço com escrituras (constitui parte integrante e indissociável do banco temático institucional, não se caracterizando como fornecimento autônomo ou acessório independente)	Conforme proposta	Conforme proposta	UND				Conforme TR	
VALOR TOTAL DO CONJUNTO										R\$

2.1. Os itens 1 e 2 constituem partes integrantes e indissociáveis do mesmo conjunto, sendo vedado o fornecimento, contratação ou execução isolada de qualquer deles.

2.2. A quantidade mínima por contratação será de 01 (um) conjunto, e a máxima corresponderá ao quantitativo registrado na ata.

2.3. O fornecimento deverá ocorrer sempre de forma integrada, com entrega simultânea dos componentes que formam o conjunto, de modo a preservar a funcionalidade e a padronização da solução.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3. O órgão gerenciador será a Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais.

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.1.1. UASG 200380 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Acre (SR/PF/AC);

3.1.2. UASG 200402 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Amapá (SR/PF/AP);

3.1.3. UASG 200382 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Amazonas (SR/PF/AM);

3.1.4. UASG 200346 - Superintendência Regional de Polícia Federal da Bahia (SR/PF/BA);

3.1.5. UASG 200392 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Ceará (SR/PF/CE);

3.1.6. UASG 200338 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Distrito Federal (SR/PF/DF);

3.1.7. UASG 200288 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Maranhão (SR/PF/MA);

- 3.1.8. UASG 200354 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS);
- 3.1.9. UASG 200386 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Pará (SR/PF/PA);
- 3.1.10. UASG 200396 - Superintendência Regional de Polícia Federal da Paraíba (SR/PF/PB);
- 3.1.11. UASG 200398 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Pernambuco (SR/PF/PE);
- 3.1.12. UASG 200390 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Piauí (SR/PF/PI);
- 3.1.13. UASG 200364 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Paraná (SR/PF/PR);
- 3.1.14. UASG 200394 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Rio Grande do Norte (SR/PF/RN);
- 3.1.15. UASG 200378 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Rondônia (SR/PF/RO);
- 3.1.16. UASG 200384 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Roraima (SR/PF/RR);
- 3.1.17. UASG 200372 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Rio Grande do Sul (SR/PF/RS);
- 3.1.18. UASG 200370 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Santa Catarina (SR/PF/SC);
- 3.1.19. UASG 200344 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Sergipe (SR/PF/SE);
- 3.1.20. UASG 200360 - Superintendência Regional de Polícia Federal de São Paulo (SR/PF/SP);
- 3.1.21. UASG 200404 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Tocantins (SR/PF/TO);
- 3.1.22. UASG 200334 - Coordenação Geral da Administração – (CGAD/DLOG/PF);
- 3.1.23. UASG 200366 – Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu (DPF/FIG/PR);
- 3.1.24. UASG 200356 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Rio de Janeiro (SR/PF/RJ);
- 3.1.25. UASG 200374 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Mato Grosso (SR/PF/MT);
- 3.1.26. UASG 200340 - Academia Nacional de Polícia (DIREN-ANP/PF).

3.2. Os quantitativos estimados por órgão participante encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA VEDAÇÃO À ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Fica vedada a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades estranhas à estrutura da Polícia Federal, nos termos da justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá haver renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que seja comprovada a vantajosidade, haja previsão no edital e no planejamento, não seja realizada a soma do quantitativo não utilizado no período anterior e seja observada a legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, preferencialmente.

5.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes da Polícia Federal.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito entre órgãos ou unidades participantes da Polícia Federal.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. O remanejamento de quantitativos deverá observar os limites, condições e procedimentos previstos no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, aplicáveis aos órgãos participantes.

8.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a correspondente redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou unidade participante que sofrer a alteração, desde que haja sua prévia anuência.

8.6. O remanejamento de que trata este item não implica adesão à ata por órgãos ou entidades estranhas à estrutura da Polícia Federal, permanecendo integralmente vedada tal possibilidade.

8.7. Na hipótese de compra centralizada conduzida pelo órgão gerenciador, e não havendo indicação prévia dos quantitativos individuais dos órgãos participantes, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada poderá ser realizada por meio de remanejamento, nos termos deste item.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belo Horizonte/MG, na data da assinatura eletrônica.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO DOS SANTOS MARQUES PORTO

Responsável pela contratação direta

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MG

Estudo Técnico Preliminar 17/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08350.008702/2026-11

2. Descrição da necessidade

A Polícia Federal, no exercício de suas atribuições institucionais, vem adotando medidas voltadas à valorização de seus servidores, à promoção da saúde biopsicossocial no ambiente de trabalho e ao fortalecimento de sua responsabilidade social enquanto órgão integrante da Administração Pública Federal. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de implementação de ações preventivas, educativas e simbólicas que contribuam para a consolidação de um ambiente organizacional seguro, saudável e alinhado à proteção dos direitos fundamentais.

A violência doméstica e o feminicídio configuram graves problemas sociais, com reflexos diretos e indiretos sobre a saúde mental, emocional e funcional de servidores públicos, inclusive daqueles que atuam na área de segurança pública. A identificação precoce de sinais de violência, a oferta de informação qualificada e o fortalecimento de uma cultura institucional pautada no respeito à dignidade da pessoa humana constituem fatores relevantes para a mitigação de situações de vulnerabilidade e para a redução de impactos negativos associados ao estresse ocupacional e ao sofrimento psicossocial.

Nesse cenário, impõe-se a necessidade de adoção de ações institucionais permanentes de conscientização, com caráter educativo e preventivo, capazes de ampliar o acesso à informação, estimular a reflexão crítica e reforçar a atuação da Polícia Federal no enfrentamento à violência de gênero. A utilização de elementos físicos de comunicação institucional, com presença contínua nos espaços de circulação das unidades da Polícia Federal, apresenta-se como solução eficaz para alcançar servidores, colaboradores e usuários dos serviços prestados de forma permanente e não episódica.

A solução adotada consiste na aquisição de bancos temáticos de uso institucional, confeccionados sob encomenda, na cor vermelha, destinados a ações institucionais permanentes de conscientização sobre a violência doméstica e o feminicídio, compreendendo bancos com estrutura metálica e assento e encosto em madeira de lei tratada, bem como placas temáticas institucionais em aço, integrantes e indissociáveis do conjunto, contendo mensagens educativas e informação obrigatória de orientação e denúncia, incluindo o número da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, mediante Sistema de Registro de Preços, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Trata-se de fornecimento de bancos temáticos de uso institucional, com características compatíveis com mobiliário urbano, devendo apresentar estrutura robusta, encosto ergonômico, acabamento seguro e resistência às condições ambientais, de modo a permitir uso contínuo em ambientes internos ou externos.

Os bancos deverão possuir dimensões compatíveis com uso coletivo, permitindo acomodação confortável de usuários adultos, admitidas variações dimensionais razoáveis, sem prejuízo da funcionalidade.

A estrutura do banco deverá ser composta por elementos metálicos com tratamento anticorrosivo e por assento e encosto confeccionados obrigatoriamente em madeira de lei tratada, naturalmente resistente a intempéries, umidade, radiação solar, fungos e insetos xilófagos, adequada ao uso contínuo em ambientes externos, admitindo-se espécies equivalentes em desempenho técnico e durabilidade, devidamente comprovadas pelo fornecedor.

As bordas e quinas deverão apresentar acabamento seguro, de modo a evitar riscos de acidentes, sendo vedada a existência de arestas cortantes.



As especificações técnicas detalhadas, incluindo dimensões, materiais, padrões de pintura, acabamento e demais requisitos construtivos, serão definidas no Termo de Referência.

GRUPO ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Banco temático institucional, conforme especificações deste Termo de Referência	612327	UND	120	R\$ 1.209,81	R\$ 145.177,20
1	Placa temática em aço com escrituras (constitui parte integrante e indissociável					
2	do banco temático institucional, não se caracterizando como fornecimento autônomo ou acessório independente)	619441	UND	120	R\$ 503,30	R\$ 60.396,00
VALOR TOTAL DO CONJUNTO						R\$ 205.573,20

O fornecimento será considerado como conjunto único, sendo vedada a contratação isolada dos componentes que o integram.

A presente contratação possui abrangência nacional, sendo conduzida pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, SR/PF/MG, que atuará como órgão gerenciador, com vistas a possibilitar a adesão e a contratação descentralizada pelas demais Superintendências Regionais da Polícia Federal, conforme seus planejamentos específicos, necessidades locais e disponibilidade orçamentária. O foco primário da contratação recai sobre a SR/PF/MG, sem prejuízo da participação das demais unidades interessadas.

A iniciativa encontra-se alinhada às diretrizes contemporâneas de governança pública, responsabilidade social institucional e promoção de ambientes organizacionais saudáveis, reforçando o papel da Polícia Federal como integrante da rede de proteção à mulher. Ademais, mostra-se compatível com o Planejamento Estratégico da Polícia Federal, especialmente no que se refere à valorização do servidor, à responsabilidade social institucional e ao enfrentamento da violência de gênero.

Justificativa para a Adoção do Sistema de Registro de Preços

A contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, sob o Sistema de Registro de Preços - SRP, considerando tratar-se de demanda de caráter nacional e de implementação gradativa pelas unidades da Polícia Federal, conforme o planejamento individual, a capacidade física dos espaços disponíveis, o calendário institucional e a disponibilidade orçamentária de cada Superintendência Regional.

A adoção do SRP encontra fundamento no art. 3º, parágrafo primeiro, inciso III, do Decreto nº 11.462/2023, segundo o qual o Sistema de Registro de Preços poderá ser utilizado quando, pelas características do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No caso concreto, embora seja possível estabelecer parâmetros quantitativos de referência, não se revela viável definir antecipadamente o número exato de bancos que será contratado por cada Superintendência Regional, em razão das particularidades locais, da adesão gradual à iniciativa, da diversidade de espaços físicos disponíveis e das condições orçamentárias específicas de cada unidade.

Dessa forma, foram definidos quantitativos mínimos e máximos, assegurando flexibilidade administrativa, eficiência na gestão da contratação e observância aos princípios do planejamento, da economicidade e da proporcionalidade.

Para fins de registro de preços, foram estabelecidos os seguintes parâmetros por Superintendência Regional da Polícia Federal:

- Quantidade mínima: 01 (um) banco temático na cor vermelha, com placa temática institucional em aço integrante e indissociável do conjunto.
- Quantidade máxima: até 05 (cinco) bancos temáticos na cor vermelha, cada qual com sua respectiva placa temática institucional em aço, integrante e indissociável do conjunto.

Ressalta-se que os quantitativos máximos configuram limite superior de eventual contratação, não constituindo obrigação de aquisição por parte da Administração, nos termos da legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

A adoção do Sistema de Registro de Preços também contribui para a padronização da solução em âmbito nacional, assegurando uniformidade visual e funcional do objeto.

Justificativa para Vedação de Adesão à Ata de Registro de Preços

Justifica-se a vedação à adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades estranhos à estrutura da Polícia Federal, nos termos do item 5.1 da minuta da Ata de Registro de Preços, em razão das peculiaridades do objeto, do modelo de governança adotado e da necessidade de preservação da finalidade institucional da contratação.

A presente contratação destina-se exclusivamente ao atendimento das unidades da Polícia Federal em âmbito nacional, tendo a Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais - SR/PF/MG como órgão gerenciador, com vistas à execução descentralizada pelas demais Superintendências Regionais e unidades administrativas da própria instituição, conforme seus planejamentos internos e respectivas disponibilidades orçamentárias.

O objeto da contratação possui natureza específica e finalidade institucional bem delimitada, consistente no fornecimento de bancos temáticos padronizados na cor vermelha, contendo mensagens educativas voltadas à conscientização e ao enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio, alinhadas às políticas de valorização do servidor, promoção da saúde biopsicossocial e responsabilidade social adotadas pela Polícia Federal. Trata-se, portanto, de solução concebida para atendimento de necessidade interna da instituição, não se confundindo com demanda genérica da Administração Pública.

A abertura da ata para adesão por órgãos ou entidades externos à Polícia Federal poderia acarretar prejuízos à capacidade de gerenciamento da ata pelo órgão gerenciador, comprometer o controle dos quantitativos registrados, gerar riscos à padronização visual e institucional do objeto e desviar a finalidade inicialmente prevista no planejamento da contratação.

Ressalta-se que o Decreto nº 11.462/2023 faculta ao órgão gerenciador limitar ou vedar adesões, especialmente quando tal medida se mostra necessária à manutenção da vantajosidade da contratação, à preservação da capacidade de gerenciamento e à observância do planejamento previamente aprovado.

Dessa forma, a vedação à adesão por órgãos ou entidades não integrantes da estrutura da Polícia Federal revela-se medida proporcional, motivada e alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da governança e do interesse público.

Adequação da Solução e Formalização da Necessidade

A solução proposta justifica-se por sua abordagem educativa, preventiva e permanente, bem como pelo potencial de impacto social positivo decorrente da utilização de elementos físicos de comunicação institucional associados à conscientização sobre a violência de gênero.

A necessidade ora apresentada encontra-se devidamente formalizada por meio do Estudo Técnico Preliminar e será detalhada no Termo de Referência, no qual estarão descritos o objeto, as condições de execução, os requisitos da contratação, os critérios de fiscalização e os resultados esperados, evidenciando a adequação da solução ao problema identificado e o pleno atendimento ao interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/MG	Ana Carolina Moreira Stringheta

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá atender a requisitos técnicos, institucionais, operacionais, ambientais e legais que assegurem a adequada execução do objeto, a consecução dos resultados esperados e a observância dos princípios que regem as contratações públicas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.

Requisitos Institucionais e Legais

A solução a ser contratada deverá estar alinhada às políticas institucionais da Polícia Federal voltadas à valorização do servidor, à promoção da saúde biopsicossocial no ambiente de trabalho e ao fortalecimento da responsabilidade social institucional.

A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo a Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (SR/PF/MG) como órgão gerenciador, de modo a assegurar a observância dos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, competitividade, planejamento, economicidade, eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa.

Considerando a viabilidade de competição no mercado, o objeto deverá ser passível de fornecimento por quaisquer licitantes que atendam às especificações técnicas, operacionais e legais a serem estabelecidas no Termo de Referência, sendo vedada a exigência de exclusividade, indicação de marca, metodologia proprietária ou qualquer forma de vinculação a fornecedor específico, em conformidade com a legislação aplicável.

Requisitos Técnicos do Objeto

O objeto da contratação deverá compreender o fornecimento de mobiliário urbano ou institucional temático, consistente em bancos padronizados na cor vermelha, com dimensões aproximadas de 1,50 m por 0,75 m por 0,38 m, associados a mensagens e frases voltadas à conscientização e ao enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio, observada identidade visual, conteúdo educativo e simbolismo compatíveis com a finalidade institucional da ação.

Os bancos deverão conter, de forma clara, legível e permanente, mensagens que estimulem a reflexão sobre a violência de gênero, bem como informações de orientação e canais de denúncia, incluindo, obrigatoriamente, o número telefônico da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo único da Lei nº 14.942/2024.

Os bens fornecidos deverão atender a padrões adequados de qualidade, durabilidade, estabilidade estrutural e segurança, possibilitando sua utilização em ambientes institucionais, internos ou externos, sem riscos aos usuários ou ao público em circulação, conforme as especificações técnicas a serem definidas no Termo de Referência.

Requisitos Operacionais e de Execução

A execução do objeto deverá compreender, quando aplicável, as atividades necessárias ao fornecimento, transporte, montagem e instalação dos bens nas unidades da Polícia Federal que venham a realizar contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, observadas as condições, prazos e locais estabelecidos pela Administração.

A instalação deverá assegurar correta fixação, estabilidade estrutural e ausência de arestas, rebarbas ou outros elementos que possam ocasionar acidentes, em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

A contratada deverá garantir que os bens entregues estejam em plena conformidade com a padronização visual definida no Termo de Referência, incluindo a tonalidade da cor vermelha, a disposição das frases e mensagens e demais elementos gráficos e informativos, de modo a preservar a finalidade educativa, simbólica e institucional da ação.

Requisitos de Sustentabilidade

A contratação deverá observar, sempre que aplicáveis, os princípios da sustentabilidade ambiental, incluindo a utilização racional de materiais, a adoção de logística eficiente para entrega e instalação e o cumprimento da legislação ambiental vigente.

A execução do objeto não deverá gerar impactos ambientais relevantes, devendo a contratada adotar práticas compatíveis com a responsabilidade socioambiental, em consonância com as diretrizes da Administração Pública Federal.

Requisitos de Garantia e Manutenção

Os bens fornecidos deverão possuir garantia mínima, observado, no mínimo, o prazo de garantia legal previsto no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das condições específicas a serem estabelecidas no Termo de Referência.

Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar a substituição ou o reparo dos bens que apresentarem falhas, dentro dos prazos estabelecidos, de forma a não comprometer a finalidade da ação institucional.

Requisitos de Fiscalização e Controle

A execução das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços deverá permitir adequada fiscalização por parte da Administração, incluindo a verificação da conformidade dos bens fornecidos, da correta instalação, quando aplicável, da integridade estrutural, da padronização visual e do cumprimento das demais obrigações contratuais.

A contratada deverá prestar todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento, à fiscalização e à avaliação da execução do objeto, colaborando para a eficiência, transparência e boa governança da gestão contratual.

5. Levantamento de Mercado

Com a finalidade de identificar alternativas disponíveis no mercado aptas a atender à necessidade descrita neste Estudo Técnico Preliminar, foi realizada análise das soluções existentes relacionadas a ações de conscientização e enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio, especialmente aquelas que envolvem a utilização de elementos físicos, simbólicos e educativos em ambientes institucionais.

O levantamento evidenciou a existência, de forma genérica, de diversas iniciativas consubstanciadas em campanhas educativas, palestras, materiais gráficos, conteúdos digitais e ações pontuais de comunicação institucional, promovidas por diferentes entidades públicas e privadas. Tais soluções, contudo, apresentam, em regra, caráter transitório ou predominantemente informativo, não assegurando a permanência da mensagem nem a consolidação contínua da temática no ambiente organizacional ao longo do tempo.

Verificou-se, ainda, a possibilidade de utilização de mobiliário urbano ou institucional personalizado, associado a mensagens educativas e de conscientização, como solução capaz de promover maior impacto visual, permanência da informação e alcance contínuo junto a servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos. Trata-se de alternativa que conjuga comunicação institucional, simbolismo e função utilitária, revelando-se mais adequada aos objetivos pretendidos pela Administração.

No levantamento de mercado, constatou-se também a existência de contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública Federal, envolvendo a aquisição de mobiliário institucional personalizado associado a ações de conscientização de interesse social.

Como parâmetro indicativo de mercado, identificou-se contratação promovida por órgão integrante do sistema federal, por meio de procedimento licitatório regular, voltada à aquisição de bancos temáticos com finalidade educativa, cujo valor estimado divulgado foi da ordem de R\$ 1.000,00 (mil reais) por unidade, conforme registrado em base pública oficial.

Ressalta-se que tal informação é utilizada exclusivamente como referência de mercado, não havendo identidade absoluta quanto ao objeto, escopo, especificações técnicas ou condições contratuais, servindo apenas para subsidiar a análise de razoabilidade dos preços estimados, em observância aos princípios da economicidade, do planejamento e da seleção da proposta mais vantajosa.

No tocante à oferta disponível no mercado nacional, constatou-se a existência de pluralidade de fornecedores aptos a confeccionar mobiliário urbano ou institucional sob encomenda, incluindo bancos padronizados com aplicação de cores específicas, frases educativas e informações de utilidade pública, conforme especificações técnicas a serem definidas pela Administração. Tais fornecedores atuam nos segmentos de mobiliário urbano, mobiliário institucional, comunicação visual e soluções personalizadas, sendo plenamente possível a definição objetiva do objeto e a competição entre licitantes.

Embora existam projetos e iniciativas simbólicas semelhantes desenvolvidas por diferentes organizações, a solução pretendida pela Polícia Federal não se vincula a metodologia proprietária, identidade visual exclusiva ou modelo fechado, podendo ser plenamente implementada mediante a aquisição de bens comuns, desde que observadas as especificações técnicas, visuais e informativas a serem estabelecidas no Termo de Referência.

Para a presente contratação, foram analisados processos similares realizados por outros órgãos e entidades públicas, incluindo pesquisas em pregões e contratações disponíveis no Portal de Compras Governamentais, com o objetivo de identificar não apenas a viabilidade da solução escolhida, mas também eventuais alternativas de metodologias, tecnologias ou inovações aptas a melhor atender às necessidades da Administração.

Com vistas a ampliar o levantamento e obter visão mais abrangente dos valores praticados, a pesquisa foi complementada com consultas ao Banco de Preços do Governo Federal, permitindo análise comparativa entre diferentes modalidades de contratação e identificação de preços médios de mercado.

Uma alternativa considerada consistiria na realização de aquisições pontuais e independentes por cada unidade da Polícia Federal, por meio de processos licitatórios distintos. Embora essa opção possibilite o atendimento imediato de demandas específicas, apresenta desvantagens relevantes sob os aspectos administrativo e econômico.

A multiplicidade de procedimentos licitatórios acarretaria elevado ônus administrativo, aumento de custos operacionais, maior tempo de tramitação processual e risco de ausência de padronização visual e técnica dos bens adquiridos. Ademais, tal abordagem não se revela adequada diante da existência de demanda recorrente e potencialmente compartilhada entre diversas unidades, circunstância que recomenda planejamento centralizado.

Dessa forma, a opção de aquisição pontual foi descartada por se mostrar menos eficiente, menos econômica e incompatível com os princípios do planejamento e da padronização administrativa.

Também foi avaliada a adoção exclusiva de ações informativas não permanentes, tais como campanhas institucionais, eventos educativos, palestras ou materiais gráficos e digitais. Embora relevantes, essas iniciativas possuem caráter transitório e não asseguram a permanência da mensagem nem a consolidação contínua da temática no ambiente institucional, razão pela qual foram consideradas insuficientes para atendimento integral da necessidade identificada.

Foram analisadas ainda alternativas como o desenvolvimento interno de peças informativas ou a fragmentação da contratação em múltiplos objetos, como mobiliário, design gráfico e conteúdo educativo. Tais hipóteses mostraram-se menos eficientes sob os aspectos da padronização, da economicidade e da operacionalização, além de potencialmente ampliarem a complexidade da gestão contratual, sem ganhos proporcionais de efetividade.

Contratação por Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP)

Após a análise das alternativas disponíveis, concluiu-se que a contratação por Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), apresenta-se como a solução mais adequada e vantajosa para atender às necessidades da Polícia Federal relacionadas à implementação da ação institucional de conscientização por meio do fornecimento de bancos temáticos.

Esse modelo de contratação permite à Administração registrar preços para o fornecimento de bancos temáticos padronizados, assegurando flexibilidade para que as unidades da Polícia Federal realizem contratações conforme suas demandas específicas ao longo da vigência da ata, sem a necessidade de instauração de múltiplos procedimentos licitatórios.

O Sistema de Registro de Preços contribui para a racionalização administrativa, ao possibilitar contratações descentralizadas pelas Superintendências Regionais, sob coordenação da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, na condição de órgão gerenciador, garantindo padronização do objeto, economia de escala e redução de custos operacionais.

A adoção do Pregão Eletrônico assegura ampla competitividade, transparência e isonomia entre os licitantes, permitindo a seleção de fornecedores aptos a fornecer bens comuns, com especificações objetivamente definidas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Diante do levantamento realizado, concluiu-se que há viabilidade de competição no mercado, sendo possível definir objetivamente o objeto da contratação e promover disputa entre potenciais fornecedores. Assim, a solução mais adequada consiste na contratação, por meio de Pregão, sob o Sistema de Registro de Preços, de fornecedores aptos a fornecer bancos temáticos na cor vermelha, com frases de conscientização e informações de orientação e denúncia, inclusive o número da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, em conformidade com a legislação vigente.

O levantamento de mercado demonstra, portanto, que a solução proposta atende plenamente à necessidade identificada sob os aspectos técnico, institucional, operacional e de interesse público, sendo compatível com o modelo de contratação adotado.

A estimativa de preços e o levantamento de mercado foram realizados em conformidade com o disposto nos arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo sido consideradas, entre outras fontes, contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública Federal, inclusive registros públicos constantes do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 23, §1º, inciso II, da referida Lei.

6. Descrição da solução como um todo

A contratação proposta tem por objetivo a implementação de ação institucional permanente de conscientização e enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio no âmbito da Polícia Federal, em consonância com as políticas institucionais de valorização do servidor, promoção da saúde biopsicossocial no ambiente de trabalho e fortalecimento da responsabilidade social da Administração Pública.

A solução consiste no fornecimento e, quando aplicável, na instalação de bancos temáticos padronizados na cor vermelha, acompanhados de mensagens e frases institucionais de caráter educativo, concebidas para estimular a reflexão, disseminar informação qualificada e favorecer a identificação precoce de situações de violência de gênero. Os bancos exercem função dupla, atuando simultaneamente como mobiliário institucional e como instrumento simbólico de caráter educativo permanente, integrando comunicação visual, conteúdo temático e presença física nos espaços da Polícia Federal.

A execução da solução compreende todas as etapas necessárias à sua plena implementação, incluindo a padronização visual do conjunto, o fornecimento dos bens e, quando aplicável, o transporte, a montagem e a instalação, observados critérios de segurança, estabilidade estrutural, qualidade dos materiais e adequação ao ambiente institucional. A correta padronização visual, abrangendo a tonalidade da cor vermelha, o layout, a legibilidade e o conteúdo das mensagens, constitui elemento essencial para a efetividade da ação de conscientização e para a uniformidade institucional da iniciativa em âmbito nacional.

As mensagens veiculadas deverão conter frases de estímulo à reflexão sobre o enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio, bem como informações de orientação e canais de denúncia e suporte às vítimas, incluindo, obrigatoriamente, o número telefônico da

A solução contempla a inclusão de placas institucionais permanentes, confeccionadas em material resistente, integrantes do conjunto do banco temático, cujas especificações técnicas detalhadas serão estabelecidas no Termo de Referência.

Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a solução apresenta caráter duradouro, uma vez que os bens possuem vida útil compatível com o uso contínuo em ambientes institucionais, demandando apenas manutenção corretiva eventual. Tal característica permite que os efeitos da ação excedam campanhas temporárias, promovendo impacto contínuo e cumulativo ao longo do tempo, com baixo custo de manutenção e elevada efetividade simbólica, educativa e institucional.

A implementação da solução contribui diretamente para a construção de um ambiente organizacional mais informativo, acolhedor e socialmente responsável, favorecendo o bem-estar do efetivo policial e dos servidores administrativos. Ao reforçar a cultura institucional de respeito aos direitos fundamentais e de enfrentamento à violência de gênero, a iniciativa assume caráter preventivo, com potencial de mitigação de riscos psicossociais associados ao ambiente de trabalho, tais como estresse ocupacional, sofrimento emocional e impactos indiretos decorrentes da violência doméstica.

Além do impacto interno, a solução fortalece a imagem institucional da Polícia Federal perante a sociedade, evidenciando seu compromisso com o enfrentamento do feminicídio e sua atuação como integrante relevante da rede de proteção à mulher. A adoção de elementos permanentes de conscientização, de forma padronizada, amplia o alcance da ação, reforça a credibilidade institucional e contribui para a articulação com outras políticas públicas voltadas à proteção dos direitos humanos.

A solução deverá ser executada de forma integrada, garantindo a entrega simultânea de todos os componentes do conjunto, em conformidade com as especificações técnicas e com a finalidade institucional da contratação.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada, proporcional e alinhada ao interesse público, sendo plenamente compatível com a contratação mediante Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, por envolver bens comuns, passíveis de definição objetiva e de disputa competitiva, conforme especificações a serem estabelecidas no Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida considerando-se o escopo da presente contratação, que possui abrangência nacional e será realizada por meio de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), com a Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (SR/PF/MG) atuando como órgão gerenciador, destinada a atender às unidades da Polícia Federal conforme suas necessidades específicas e planejamento local.

Em razão das características do objeto e da forma de execução adotada, não é possível definir previamente o quantitativo exato a ser contratado, uma vez que a demanda efetiva estará condicionada a fatores como o planejamento individual de cada unidade, a capacidade física dos locais de instalação, o público a ser alcançado, o calendário institucional, a disponibilidade orçamentária e a implementação gradativa da ação institucional de conscientização.

Considerando a finalidade educativa, simbólica e institucional da iniciativa, bem como a necessidade de evitar o superdimensionamento da contratação e assegurar a adequada gestão dos recursos públicos, optou-se pela definição de parâmetros quantitativos mínimos e máximos, de modo a garantir flexibilidade administrativa, economicidade e proporcionalidade entre a quantidade a ser eventualmente contratada e os objetivos institucionais pretendidos.

Dessa forma, para fins de registro de preços, estabeleceram-se os seguintes parâmetros por unidade da Polícia Federal, considerando o fornecimento de bancos temáticos completos, incluídos os respectivos elementos informativos permanentes integrados ao conjunto.

Considerando as características do objeto e a impossibilidade de definição prévia de quantitativos exatos, foi adotado o Sistema de Registro de Preços, com estabelecimento de parâmetros mínimos e máximos por unidade, a saber:

- Quantidade mínima: 01 (um) banco temático na cor vermelha, com placa temática institucional em aço, integrante e indissociável do conjunto;
- Quantidade máxima: até 05 (cinco) bancos temáticos na cor vermelha, cada qual com sua respectiva placa temática institucional em aço, integrante e indissociável do conjunto.

GRUPO ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------------	---------------	--------	-------------------	------------	----------------	-------------

1	Banco temático institucional, conforme especificações deste Termo de Referência	612327	UND	120	R\$ 1.209,81	R\$ 145.177,20
1	Placa temática em aço com escrituras (constitui parte integrante e indissociável					
2	do banco temático institucional, não se caracterizando como fornecimento autônomo ou acessório independente)	619441	UND	120	R\$ 503,30	R\$ 60.396,00

VALOR TOTAL DO CONJUNTO

R\$ 205.573,20

Os quantitativos máximos representam o limite superior de eventual contratação, não constituindo obrigação de aquisição por parte da Administração, em consonância com a natureza do objeto e com os princípios que regem o Sistema de Registro de Preços.

Quantitativos por UASG

- SR/PF/AC - 3 conjuntos
- SR/PF/AP - 2 conjuntos
- SR/PF/AM - 5 conjuntos
- SR/PF/BA - 9 conjuntos
- SR/PF/CE - 3 conjuntos
- SR/PF/DF - 5 conjuntos
- SR/PF/MA - 6 conjuntos
- SR/PF/MS - 6 conjuntos
- SR/PF/PA - 5 conjuntos
- SR/PF/PB - 1 conjunto
- SR/PF/PE - 6 conjuntos
- SR/PF/PI - 3 conjuntos
- SR/PF/PR - 6 conjuntos
- SR/PF/RN - 2 conjuntos
- SR/PF/RO - 3 conjuntos
- SR/PF/RR - 3 conjuntos
- SR/PF/RS - 14 conjuntos
- SR/PF/SC - 6 conjuntos
- SR/PF/SE - 1 conjunto
- SR/PF/SP - 5 conjuntos
- SR/PF/TO - 2 conjuntos
- CGAD/DLOG/PF - 5 conjuntos
- DPF/FIG/PR - 5 conjuntos
- SR/PF/MT - 5 conjuntos
- SR/PF/RJ - 5 conjuntos
- DIREN-ANP/PF - 4 conjuntos
- **TOTAL - 120 conjuntos**

A definição desses parâmetros observa critérios de razoabilidade, economicidade, proporcionalidade e eficiência, permitindo a implementação inicial da ação institucional de conscientização e sua eventual ampliação futura, conforme avaliação da efetividade da iniciativa e deliberação da Administração, sem prejuízo da padronização visual, da uniformidade institucional e do caráter permanente da ação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 205.573,20

A estimativa do valor da contratação foi elaborada considerando-se a natureza do objeto e o modelo de contratação por Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), o qual não implica obrigação de contratação e não permite a definição prévia do quantitativo exato a ser demandado pelas unidades da Administração.

A formação da estimativa de preços observou o disposto nos arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021, tendo sido realizada a partir de levantamento de mercado, mediante análise de contratações similares promovidas por outros órgãos da Administração Pública Federal, registradas em bases públicas oficiais, especialmente aquelas relacionadas ao fornecimento de bancos temáticos com finalidade educativa e institucional, com características, complexidade e destinação compatíveis com o objeto pretendido.

Como parâmetro indicativo de mercado, identificou-se contratação regularmente realizada por órgão integrante do sistema federal, na qual o valor estimado unitário por banco temático foi da ordem de R\$ 1.000,00 (mil reais). Tal referência foi utilizada exclusivamente para fins de análise de razoabilidade, não havendo identidade absoluta quanto ao escopo, às especificações técnicas, às dimensões, ao nível de personalização ou às condições contratuais em relação à presente contratação.

Considerando, contudo, que o objeto ora planejado contempla bancos temáticos completos, com maior nível de personalização e inclusão de materiais gráficos institucionais, o valor unitário estimado foi ajustado para refletir de forma mais fidedigna os custos envolvidos. Assim, o valor unitário estimado considera o fornecimento de banco temático na cor vermelha, com dimensões aproximadas de 1,50 m x 0,75 m x 0,38 m, bem como a personalização compatível com a finalidade institucional da ação, incluindo placas institucionais em aço, integrante permanente e indissociável do conjunto.

Dessa forma, visando mitigar riscos de subavaliação de preços, evitar a apresentação de propostas inexequíveis e assegurar a adequada competitividade do certame, adotou-se o valor unitário estimado de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por banco temático completo, o qual não representa preço fixo nem vincula a Administração a fornecedor específico, servindo unicamente como referência para fins de planejamento da contratação e estimativa do impacto orçamentário.

Para fins de atendimento às exigências do sistema de compras governamentais e de apuração do impacto orçamentário máximo, foi indicado o valor estimado de **R\$ 1.713,11 (mil setecentos e treze reais e onze centavos)**, correspondente ao parâmetro de 01 (um) conjunto completo, compatíveis com a finalidade institucional da ação.

Os valores mencionados representam diferentes etapas da formação do preço estimado, sendo o valor de **R\$ 1.713,11 (mil setecentos e treze reais e onze centavos)**, o parâmetro final adotado para fins de planejamento e contratação.

Ressalta-se que o valor indicado possui caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de contratação nem representando compromisso de despesa, estando eventual contratação condicionada às futuras demandas das unidades da Polícia Federal, inclusive do órgão gerenciador, de acordo com suas necessidades específicas, planejamento local e disponibilidade orçamentária, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

GRUPO ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Banco temático institucional, conforme especificações deste Termo de Referência	612327	UND	120	R\$ 1.209,81	R\$ 145.177,20
1	Placa temática em aço com escrituras (constitui parte integrante e indissociável do banco temático institucional, não se caracterizando como fornecimento autônomo ou acessório independente)	619441	UND	120	R\$ 503,30	R\$ 60.396,00
VALOR TOTAL DO CONJUNTO						R\$ 205.573,20

Nesses termos, a estimativa de preços apresentada observa os princípios da economicidade, razoabilidade, planejamento, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, preservando a competitividade do certame e assegurando a adequada gestão dos recursos públicos.

Quantitativos por UASG

- SR/PF/AC - 3 conjuntos
- SR/PF/AP - 2 conjuntos
- SR/PF/AM - 5 conjuntos
- SR/PF/BA - 9 conjuntos
- SR/PF/CE - 3 conjuntos
- SR/PF/DF - 5 conjuntos
- SR/PF/MA - 6 conjuntos

- SR/PF/MS - 6 conjuntos
- SR/PF/PA - 5 conjuntos
- SR/PF/PB - 1 conjunto
- SR/PF/PE - 6 conjuntos
- SR/PF/PI - 3 conjuntos
- SR/PF/PR - 6 conjuntos
- SR/PF/RN - 2 conjuntos
- SR/PF/RO - 3 conjuntos
- SR/PF/RR - 3 conjuntos
- SR/PF/RS - 14 conjuntos
- SR/PF/SC - 6 conjuntos
- SR/PF/SE - 1 conjunto
- SR/PF/SP - 5 conjuntos
- SR/PF/TO - 2 conjuntos
- CGAD/DLOG/PF - 5 conjuntos
- DPF/FIG/PR - 5 conjuntos
- SR/PF/MT - 5 conjuntos
- SR/PF/RJ - 5 conjuntos
- DIREN-ANP/PF - 4 conjuntos
- **TOTAL - 120 conjuntos**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser avaliado sempre que tecnicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade, à promoção da economicidade e à mitigação de restrições indevidas ao mercado. A mesma norma, contudo, estabelece que o parcelamento não deverá ser adotado quando puder comprometer a funcionalidade, a eficiência, a padronização ou a viabilidade técnica da solução a ser contratada.

No caso da presente contratação, conclui-se pela não viabilidade técnica e operacional do parcelamento do objeto, em razão das características da solução pretendida e da necessidade de preservação de sua funcionalidade, padronização visual e efetividade institucional.

O objeto consiste no fornecimento de bancos temáticos padronizados na cor vermelha, com dimensões aproximadas de 1,50 m x 0,75 m x 0,38 m, contendo mensagens educativas e informações de orientação e denúncia, inclusive o número da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Trata-se de bem unitário e indivisível, cuja finalidade institucional decorre da integração indissociável entre o mobiliário físico e o conteúdo visual-informativo nele aplicado.

O eventual parcelamento do objeto, por exemplo entre o fornecimento da estrutura do mobiliário, a aplicação da pintura, a inserção das mensagens institucionais ou a execução da logística, implicaria fragmentação da solução, comprometendo a padronização visual, a coerência estética e a qualidade final do bem, além de introduzir riscos à efetividade da ação institucional de conscientização.

Ademais, a fragmentação da contratação acarretaria complexidade excessiva na gestão e na fiscalização contratual, exigindo da Administração a coordenação de múltiplos fornecedores e a compatibilização de entregas e responsabilidades diversas, sem que disso resultem ganhos relevantes de competitividade ou economicidade. Ao contrário, tal cenário tende a elevar custos indiretos, ampliar riscos de incompatibilidade técnica e comprometer a uniformidade da solução em âmbito nacional.

Sob a ótica da eficiência administrativa, a contratação do objeto de forma unitária mostra-se mais adequada, pois concentra a responsabilidade pela entrega integral da solução em um único contratado, facilita a fiscalização, reduz riscos operacionais e assegura o fornecimento dos bens em conformidade com as especificações técnicas e os padrões visuais estabelecidos.

Dessa forma, considerando a natureza unitária do objeto, a necessidade de padronização estética e funcional, a racionalidade da gestão contratual e a inexistência de benefícios técnicos ou econômicos decorrentes do fracionamento, justifica-se a contratação sem parcelamento do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No âmbito da presente demanda, procedeu-se à análise quanto à existência de contratações correlatas, complementares ou interdependentes que pudessem impactar a solução proposta ou demandar planejamento conjunto.

Após a análise realizada, verificou-se que não há contratações correlatas em andamento ou previstas que mantenham relação direta de dependência com o objeto desta contratação. A solução proposta possui natureza autônoma, não estando condicionada à celebração de outros contratos para sua plena execução, utilização ou alcance dos resultados pretendidos.

A contratação contempla, de forma suficiente e integrada, todos os elementos necessários ao atendimento da necessidade identificada, abrangendo o fornecimento dos bens, a padronização visual e informativa e, quando aplicável, o transporte, a montagem e a instalação. Não se faz necessária a contratação adicional de serviços acessórios, materiais complementares ou ajustes externos para viabilizar a implementação da solução nos termos pretendidos.

Eventuais iniciativas futuras relacionadas à expansão da ação institucional, à ampliação do quantitativo de bens ou ao desenvolvimento de ações educativas complementares poderão ser avaliadas oportunamente pela Administração, mediante novo planejamento e análise de viabilidade, não constituindo decorrência automática nem obrigação jurídica vinculada à presente contratação.

Dessa forma, conclui-se que a contratação ora analisada não depende de contratações correlatas ou interdependentes para sua execução e não interfere em contratações independentes existentes ou futuras, podendo ser implementada de maneira autônoma, com escopo, objeto e resultados claramente delimitados, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se plenamente alinhada ao planejamento institucional da Polícia Federal, em conformidade com as diretrizes estratégicas voltadas à valorização do servidor, à promoção da saúde biopsicossocial no ambiente de trabalho e ao fortalecimento da responsabilidade social da Administração Pública.

A iniciativa integra-se às políticas internas de gestão de pessoas e de atenção à saúde do efetivo, ao propor ação de caráter preventivo, educativo e permanente voltada ao enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio, temática que impacta diretamente o bem-estar, a segurança e o desempenho funcional dos servidores. A solução contribui para a construção de um ambiente organizacional mais seguro, informativo e acolhedor, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção aos direitos fundamentais.

A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Polícia Federal para o exercício correspondente, atendendo às exigências de planejamento prévio das aquisições e contratações, nos termos da legislação vigente. O objeto foi devidamente estruturado por meio da elaboração do Estudo Técnico Preliminar e será detalhado no Termo de Referência, no qual estão definidos o escopo da contratação, os requisitos técnicos e operacionais, os parâmetros quantitativos, a estimativa de preços e os resultados esperados.

Sob a ótica do planejamento orçamentário, a contratação apresenta compatibilidade com os recursos disponíveis, estando sua eventual execução condicionada à adequada previsão e alocação das dotações orçamentárias pertinentes, conforme os instrumentos formais da Administração. A definição de escopo objetivo e de parâmetros quantitativos proporcionais evidencia aderência aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento responsável.

A solução adotada harmoniza-se, ainda, com as diretrizes contemporâneas de governança pública, por incorporar iniciativa de impacto social positivo, com baixo risco operacional, execução simplificada e benefícios institucionais duradouros. A natureza autônoma da solução e a inexistência de dependência de outras contratações reforçam sua aderência ao planejamento administrativo, permitindo execução tempestiva, gestão eficiente e controle efetivo dos resultados.

Dessa forma, conclui-se que a contratação está devidamente alinhada ao planejamento estratégico, orçamentário e operacional da Administração, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais da Polícia Federal e para o atendimento do interesse público, conforme delineado nos instrumentos de planejamento e gestão vigentes.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proposta proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, aos servidores e à sociedade, estando alinhada aos objetivos institucionais da Polícia Federal e aos princípios da eficiência, do interesse público e da responsabilidade social.

Promoção do bem-estar biopsicossocial

A instalação de elementos físicos informativos e simbólicos voltados ao enfrentamento da violência doméstica e do feminicídio contribui para a promoção da saúde mental e emocional do efetivo policial e dos servidores administrativos, ao estimular a reflexão, o acolhimento institucional e a disseminação de informações qualificadas sobre a temática.

Prevenção e sensibilização permanente

O caráter físico e permanente da solução permite que a ação de conscientização ultrapasse campanhas pontuais ou temporárias, assegurando sensibilização contínua no ambiente institucional, com potencial para a identificação precoce de situações de violência e a mitigação de riscos psicossociais associados ao contexto laboral.

Fortalecimento da cultura institucional

A iniciativa reforça valores institucionais relacionados ao respeito à dignidade da pessoa humana, à proteção dos direitos fundamentais e ao enfrentamento de todas as formas de violência, contribuindo para a consolidação de uma cultura organizacional mais segura, inclusiva e socialmente responsável.

Valorização do servidor

Ao adotar ação voltada ao cuidado com o efetivo e à promoção de um ambiente de trabalho saudável, a Administração demonstra atenção às condições humanas e sociais que impactam o desempenho funcional, fortalecendo o sentimento de pertencimento, valorização e reconhecimento institucional dos servidores.

Fortalecimento da imagem institucional

A implementação de ação institucional permanente de conscientização evidencia, perante a sociedade, o compromisso da Polícia Federal com o enfrentamento da violência de gênero e com sua atuação como integrante da rede de proteção à mulher, contribuindo para o fortalecimento da credibilidade institucional e da confiança social.

Baixo custo operacional e elevada efetividade

A solução apresenta relação custo-benefício favorável, por envolver bens duráveis, com baixa necessidade de manutenção e impacto institucional prolongado, possibilitando a obtenção de resultados consistentes e duradouros, com custos operacionais reduzidos após a implementação.

Facilidade de gestão e fiscalização

A contratação de objeto claramente definido e padronizado favorece o acompanhamento da execução, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e a responsabilização do contratado, reduzindo riscos administrativos e operacionais e contribuindo para a eficiência da gestão contratual.

Dessa forma, a contratação possibilita ganhos institucionais relevantes, tanto sob a perspectiva interna quanto externa, contribuindo para o atendimento das finalidades públicas da Administração e para o alcance dos objetivos estratégicos da Polícia Federal, conforme delineado nos instrumentos de planejamento e gestão vigentes.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação e assegurar a adequada execução da solução proposta, deverão ser adotadas as providências administrativas, técnicas, orçamentárias e legais cabíveis pela Administração, em observância à Lei nº 14.133/2021 e às demais normas aplicáveis.

Inicialmente, deverá ser formalizada a demanda por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD), devidamente aprovado pela autoridade competente, contemplando a justificativa da contratação, o alinhamento ao planejamento institucional, a indicação das unidades participantes e a definição da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (SR/PF/MG) como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

Em seguida, deverá ser elaborado e aprovado o Estudo Técnico Preliminar (ETP), no qual serão caracterizados a necessidade a ser atendida, a solução mais adequada, a viabilidade de competição, a estimativa de preços com base em levantamento de mercado, a justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços, a análise de alternativas e os benefícios esperados, nos termos dos arts. 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

Na sequência, deverá ser elaborado e aprovado o Termo de Referência, contendo a definição objetiva do objeto, as especificações técnicas, os requisitos da contratação, as condições de execução, os critérios de aceitabilidade das propostas, os prazos, as responsabilidades das partes, os critérios de fiscalização e a estimativa do valor da contratação, em conformidade com a modalidade de Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços.

Concluída a fase interna, deverá ser instaurado o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, assegurada a ampla competitividade entre os licitantes aptos a atender às especificações definidas, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, planejamento, transparência e seleção da proposta mais vantajosa.

Deverá, ainda, ser promovida a análise jurídica prévia, a cargo da consultoria jurídica competente, com a finalidade de verificar a conformidade legal dos atos preparatórios, do edital e dos instrumentos da contratação, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

No âmbito do planejamento orçamentário, deverá ser assegurada a compatibilidade da contratação com as dotações orçamentárias disponíveis, ressalvando-se que, nos termos do Sistema de Registro de Preços, a existência de crédito orçamentário será exigida apenas por ocasião da formalização das contratações específicas decorrentes da ata registrada.

Após a homologação do certame e a assinatura da Ata de Registro de Preços, deverão ser formalmente designados os gestores e fiscais da ata e das contratações dela decorrentes, responsáveis pelo acompanhamento da execução, pela verificação da conformidade dos bens fornecidos e, quando aplicável, da correta instalação, bem como pelo atesto do recebimento provisório e definitivo.

Por fim, deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias à formalização das contratações específicas, à verificação da regularidade fiscal e trabalhista do contratado e ao processamento de eventuais pagamentos, observados os prazos, condições e procedimentos estabelecidos no edital, na ata e na legislação vigente.

A adoção dessas providências assegura a regular instrução do processo, a adequada execução da solução e o alcance dos resultados pretendidos, em consonância com os princípios da legalidade, do planejamento, da eficiência, da governança pública e do interesse público.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação indica que a solução proposta apresenta baixo potencial de impacto ambiental, considerando a natureza do objeto, o escopo restrito da contratação e a forma de execução prevista.

A contratação envolve o fornecimento e, quando aplicável, a instalação de mobiliário institucional, consistente em bancos temáticos na cor vermelha, sem a realização de obras civis ou intervenções estruturais, tampouco atividades que demandem supressão vegetal, escavações, terraplanagem ou alterações significativas do meio ambiente. Nesse contexto, não se identificam impactos ambientais negativos relevantes ou permanentes associados à implementação da solução.

Os impactos ambientais potenciais restringem-se, essencialmente, às fases de fabricação e transporte dos bens, notadamente quanto ao consumo de insumos e às emissões de gases inerentes às atividades produtivas e logísticas. Tais impactos, entretanto, apresentam-se como pontuais, temporários e plenamente mitigáveis, situando-se dentro dos parâmetros normalmente associados à aquisição e ao fornecimento de bens duráveis de pequeno porte.

Ressalta-se que a contratação contempla a adoção de práticas compatíveis com os princípios da sustentabilidade, tais como planejamento logístico racionalizado, programação eficiente das entregas e utilização de materiais adequados ao uso prolongado. A durabilidade dos bens fornecidos contribui, ainda, para a redução da necessidade de substituições frequentes, minimizando, ao longo do tempo, a geração de resíduos sólidos.

A instalação dos bancos ocorrerá em áreas já antropizadas, integrantes da infraestrutura existente das unidades da Polícia Federal, não havendo previsão de geração significativa de resíduos, efluentes líquidos, poluição sonora ou outros impactos ambientais adversos. Eventuais resíduos gerados durante as etapas de transporte, montagem ou instalação serão de pequena monta e deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente e as boas práticas ambientais.

Adicionalmente, a solução apresenta impacto ambiental positivo indireto, ao promover ação educativa e de conscientização permanente, alinhada aos princípios da responsabilidade social e da sustentabilidade institucional, incorporando valores socioambientais às práticas da Administração Pública.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação apresenta impactos ambientais mínimos, controláveis e compatíveis com a natureza do objeto, não demandando a adoção de medidas ambientais específicas além daquelas já previstas nas normas gerais de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas, mostrando-se ambientalmente viável e compatível com o interesse público.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A análise da viabilidade da contratação demonstra que a solução proposta é tecnicamente adequada, juridicamente amparada, economicamente razoável e administrativamente exequível, atendendo plenamente à necessidade identificada pela Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

PAULO HENRIQUE DE ABREU SALUM

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 09:44:59.

RODRIGO DOS SANTOS MARQUES PORTO

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 14:53:08.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DE MINAS GERAIS

(Processo Administrativo nº 08350.008702/2026-11)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

A União Federal, por intermédio da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, com sede na Avenida Raja Gabáglia, nº 1597, Bairro Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº .00.394.494/0029-37, Superintendente Regional de Polícia Federal em Minas Gerais, Delegado de Polícia Federal **RICHARD MURAD MACEDO**, matrícula funcional nº 17.102, residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 8, de 03 de janeiro de 2024, do Exmo. Sr. Secretário Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada no Diário Oficial da União de 04 de janeiro de 2024, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 08350.008702/2026-11, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico* nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto da presente contratação consiste na aquisição de conjunto composto por banco temático institucional, na cor vermelha, acompanhado de placa temática institucional em aço, integrante e indissociável do bem, destinado a ações permanentes de conscientização sobre a violência doméstica e o feminicídio, incluindo mensagens educativas e informação obrigatória de orientação e denúncia, nos termos do Termo de Referência.
2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Banco temático institucional, conforme especificações deste Termo de Referência	612327	UND		R\$	R\$
	2	Placa temática em aço com escrituras (constitui parte integrante e indissociável do banco temático institucional, não se caracterizando como fornecimento autônomo ou	619441	UND		R\$	R\$

		acessório independente)					
VALOR TOTAL DO CONJUNTO							R\$

- Os itens constituem partes integrantes e indissociáveis do conjunto, sendo vedada sua contratação ou fornecimento de forma isolada. A entrega do objeto deverá ocorrer de forma integrada, com todos os componentes que compõem o conjunto.
- Os quantitativos constantes deste contrato correspondem à demanda específica formalizada pelo órgão contratante, decorrente da Ata de Registro de Preços, não implicando obrigação de contratação integral do quantitativo registrado.
- Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - O Termo de Referência;
 - O Edital da Licitação;
 - A Proposta do CONTRATADO;
 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- O prazo de vigência da contratação será de 60 dias, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, limitado ao tempo necessário ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- A execução contratual observará as disposições do Termo de Referência, especialmente quanto aos prazos, condições de entrega, montagem e instalação, quando aplicável.
- O fornecimento do objeto deverá ocorrer de forma integrada, com a entrega simultânea de todos os componentes que compõem o conjunto, de modo a assegurar a funcionalidade, a padronização visual e a finalidade institucional da contratação.
- A execução deverá atender integralmente às especificações técnicas, de qualidade, segurança e durabilidade estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).
- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- O pagamento será realizado conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, após o recebimento definitivo do objeto.

2. O pagamento ficará condicionado ao fornecimento do conjunto completo, vedado o pagamento parcial por componentes isolados do objeto.
3. O pagamento observará a efetiva entrega, instalação (quando aplicável) e conformidade integral com as especificações técnicas.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. São obrigações do CONTRATANTE:
 1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
 2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
 5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
 6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
 8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
 10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
 7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
 8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
 9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
 10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
 11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
 12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
 13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
 14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
 15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
 16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
 17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
 18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
 19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
 20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
 21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
 22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
 23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
 24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
 25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
 26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
 1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. *As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.*

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
 1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
 1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
 2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
3. *O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*

4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 3. Das indenizações e multas.
8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
9. O CONTRATANTE poderá ainda:
 1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
 - Gestão/unidade:
 - Fonte de recursos:
 - Programa de trabalho:
 - Elemento de despesa:
 - Plano interno:
 - Nota de empenho:
2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Minas Gerais*, Seção Judiciária de *Belo Horizonte* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL DE MINAS GERAIS

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Processo Administrativo nº 08350.008702/2026-11

Minuta de Ata de Registro de Preços

A Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, com sede na Avenida Raja Gabágua, nº 1597, Bairro Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0029-37, neste ato representada pelo Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, **RICHARD MURAD MACEDO**, matrícula funcional nº 17.102, nomeado pela Portaria nº 8, de 03 de janeiro de 2024, publicada no DOU de 04 de janeiro de 2024, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº XX/2026, processo administrativo nº 08350.008702/2026-11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de conjunto composto por banco temático institucional, na cor vermelha, acompanhado de placa temática institucional em aço, integrante e indissociável do bem, destinado a ações permanentes de conscientização sobre a violência doméstica e o feminicídio, incluindo mensagens educativas e informação obrigatória de orientação e denúncia, nos termos do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Grupo	Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								Total
		Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade	
1	X									
	1	Banco temático	Conforme proposta	Conforme proposta	UND				Conforme TR	

	institucional, conforme TR								
2	Placa temática em aço com escrituras (constitui parte integrante e indissociável do banco temático institucional, não se caracterizando como fornecimento autônomo ou acessório independente)	Conforme proposta	Conforme proposta	UND				Conforme TR	
VALOR TOTAL DO CONJUNTO									R\$

2.1. Os itens 1 e 2 constituem partes integrantes e indissociáveis do mesmo conjunto, sendo vedado o fornecimento, contratação ou execução isolada de qualquer deles.

2.2. A quantidade mínima por contratação será de 01 (um) conjunto, e a máxima corresponderá ao quantitativo registrado na ata.

2.3. O fornecimento deverá ocorrer sempre de forma integrada, com entrega simultânea dos componentes que formam o conjunto, de modo a preservar a funcionalidade e a padronização da solução.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3. O órgão gerenciador será a Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais.

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- 3.1.1. UASG 200380 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Acre (SR/PF/AC);
- 3.1.2. UASG 200402 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Amapá (SR/PF/AP);
- 3.1.3. UASG 200382 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Amazonas (SR/PF/AM);
- 3.1.4. UASG 200346 - Superintendência Regional de Polícia Federal da Bahia (SR/PF/BA);
- 3.1.5. UASG 200392 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Ceará (SR/PF/CE);
- 3.1.6. UASG 200338 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Distrito Federal (SR/PF/DF);
- 3.1.7. UASG 200288 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Maranhão (SR/PF/MA);
- 3.1.8. UASG 200354 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS);
- 3.1.9. UASG 200386 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Pará (SR/PF/PA);
- 3.1.10. UASG 200396 - Superintendência Regional de Polícia Federal da Paraíba (SR/PF/PB);
- 3.1.11. UASG 200398 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Pernambuco (SR/PF/PE);
- 3.1.12. UASG 200390 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Piauí (SR/PF/PI);

- 3.1.13. UASG 200364 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Paraná (SR/PF/PR);
- 3.1.14. UASG 200394 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Rio Grande do Norte (SR/PF/RN);
- 3.1.15. UASG 200378 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Rondônia (SR/PF/RO);
- 3.1.16. UASG 200384 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Roraima (SR/PF/RR);
- 3.1.17. UASG 200372 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Rio Grande do Sul (SR/PF/RS);
- 3.1.18. UASG 200370 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Santa Catarina (SR/PF/SC);
- 3.1.19. UASG 200344 - Superintendência Regional de Polícia Federal de Sergipe (SR/PF/SE);
- 3.1.20. UASG 200360 - Superintendência Regional de Polícia Federal de São Paulo (SR/PF/SP);
- 3.1.21. UASG 200404 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Tocantins (SR/PF/TO);
- 3.1.22. UASG 200334 - Coordenação Geral da Administração – (CGAD/DLOG/PF);
- 3.1.23. UASG 200366 – Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu (DPF/FIG/PR);
- 3.1.24. UASG 200356 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Rio de Janeiro (SR/PF/RJ);
- 3.1.25. UASG 200374 - Superintendência Regional de Polícia Federal do Mato Grosso (SR/PF/MT);
- 3.1.26. UASG 200340 – Academia Nacional de Polícia (DIREN-ANP/PF).

3.2. Os quantitativos estimados por órgão participante encontram-se definidos no Termo de Referência.

DA VEDAÇÃO À ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Fica vedada a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades estranhas à estrutura da Polícia Federal, nos termos da justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá haver renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que seja comprovada a vantajosidade, haja previsão no edital e no planejamento, não seja realizada a soma do quantitativo não utilizado no período anterior e seja observada a legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, preferencialmente.

5.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço

registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes da Polícia Federal.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito entre órgãos ou unidades participantes da Polícia Federal.

8.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. O remanejamento de quantitativos deverá observar os limites, condições e procedimentos previstos no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, aplicáveis aos órgãos participantes.

8.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a correspondente redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou unidade participante que sofrer a alteração, desde que haja sua prévia anuência.

8.6. O remanejamento de que trata este item não implica adesão à ata por órgãos ou entidades estranhas à estrutura da Polícia Federal, permanecendo integralmente vedada tal possibilidade.

8.7. Na hipótese de compra centralizada conduzida pelo órgão gerenciador, e não havendo indicação prévia dos quantitativos individuais dos órgãos participantes, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada poderá ser realizada por meio de remanejamento, nos termos deste item.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Belo Horizonte/MG, na data da assinatura eletrônica.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)